

REVISTA VEJA: INTERAÇÃO E ENSAIO♦

Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade

“(...) ao leitor, mesmo o de jornal, não cabe alternativa a não ser assumir a condição de o outro a quem estratégias e movimentos textuais visam e, assumindo essa condição, reconhecer, tanto quanto possível que para haver significação há necessariamente construção, o que implica mostrar determinadas coisas e esconder outras”.
Beth Brait¹

Considerações iniciais

O objetivo deste artigo é focalizar a questão da interação social na mídia impressa, por meio da análise de textos publicados na Revista *Veja*, como: “Ensaio”, de Roberto Pompeu de Toledo. A partir desse autor, estaremos cotejando como a revista é lida e recebida pelo leitor que, efetivamente, publica sua opinião na seção “Cartas”. Para podermos refletir de modo mais completo sobre o trabalho do referido jornalista - publicado semanalmente na última página da revista - estaremos, na medida do possível, fazendo um contraponto com outros textos do autor, publicados na mesma seção ou com outros trabalhos apresentados mais esporadicamente como resenhas ou artigos de fundo.

1. Texto e interação social

O termo texto pode ser definido “como atividade lingüística de interação social, visto que se constrói a partir de uma progressão contínua de significados que se combinam tanto simultaneamente como em sucessão” (Andrade, 2001: 125). Esse significado decorre de uma seleção feita pelo enunciador entre as várias opções que constituem o potencial de significado. O texto é, portanto, a realização efetiva desse potencial de significado, é o resultado de um processo de escolha semântica.

Em outras palavras, o texto é uma unidade semântica que possui uma estrutura genérica, apresenta coesão/coerência e constitui o seu próprio *entorno* (contexto de situação, tipo de contexto social ou tipo de situação). Entretanto, há uma indeterminação básica no conceito de texto. Na interação social, o texto não é algo que tenha um princípio e um fim, o intercâmbio de significados é um processo contínuo e implícito em toda a atividade comunicativa. Por texto, então, entende-se um processo contínuo de escolha semântica que resulta num produto de seu entorno e que nele encontra seu funcionamento.

Para Halliday (1978), o contexto de situação inclui o contexto semântico e essa é a razão pela qual o autor o considera uma construção semiótica. De modo geral, esse contexto é constante para o texto, mas – efetivamente – está em incessante mudança e cada

♦ In: PRETI, Dino (org.) *Interação na fala e na escrita*. São Paulo: humanitas, 2002, vol. 5, p. 205-226..

¹ Brait, 1991:90.

parte serve como entorno para a parte seguinte. Por isso, o traço essencial do texto é a interação: intercâmbio de significados.

Neste momento podemos indagar: Como se chega da situação ao texto? Que características do entorno permitem as opções feitas pelo enunciador? Para que possamos encontrar uma resposta adequada, devemos observar o modo como o texto está vinculado à situação. Para isso, é conveniente especificar que aspectos do contexto de situação orientam cada uma das escolhas semânticas feitas pelos participantes da atividade textual. Dito de outra maneira: quais são os fatores situacionais para cada um dos componentes do significado, mediante os quais esse significado é ativado?

A resposta está na caracterização oportuna do contexto de situação, caracterização essa que pode revelar a relação sistemática entre a linguagem e o entorno. Isso implica uma construção teórica que vincule, simultaneamente, a situação ao texto, ao sistema lingüístico e ao sistema social. Nessa perspectiva, Halliday (1978 e 1989) interpreta a situação como uma estrutura semiótica, ou seja, uma determinada situação é observada como um tipo de situação social e não como uma situação particular única.

Para esse estudioso, a situação consiste em ação social, estrutura de papéis e organização simbólica. É uma ação social, na medida em que há uma atividade em andamento, cuja interação entre os participantes é a totalidade dessa ação social. Apresenta um significado reconhecível no sistema social, e em tais ações o texto desempenha um papel determinado, incluindo o “assunto”, isto é, o tópico discursivo como um aspecto especial. Expõe uma estrutura de papéis que diz respeito à relação estabelecida entre os participantes da atividade, relação essa que pode apresentar atributos permanentes dos participantes ou vinculação de papéis específicos para a situação, inclusive os papéis verbais, aqueles que emergem mediante o intercâmbio de significados verbais. É uma organização simbólica porque o texto adquire uma posição particular dentro da situação: desempenha uma função dentro da ação social e a estrutura de papéis, incluindo o canal ou meio e o modo retórico.

Na verdade, essa explicação que Halliday apresenta para a situação complementa-se com três categorias designadas por ele de campo (atividade interacional/social em curso), teor (relações de papéis sociais desempenhados pelos participantes da atividade) e modo (papel da língua na atividade e o canal). Assim, o entorno ou contexto social da linguagem estrutura-se como um campo de ação social significativa, um teor de relação de papéis e um modo de organização simbólica. Se consideradas conjuntamente, essas categorias constituem a situação ou contexto de situação de um texto.

Imaginemos três contextos de situação específicos: um em que um grupo de rapazes está jogando futebol, outro no qual um jornalista entrevista um comentarista esportivo a respeito das últimas atuações da seleção brasileira de futebol, e um terceiro em que um cronista escreve sobre futebol para uma revista de esportes. A diferença no uso da linguagem nos três casos se faz evidente. No primeiro, ela funciona como parte do jogo, está subordinada a ele como expressão pragmática que reflete o comportamento dos participantes durante o jogo. Já nos dois últimos casos, a linguagem faz parte de uma atividade bastante distinta, pode tornar-se informativa, didática, argumentativa ou refletir qualquer um dos modos retóricos do discurso, pois a ação social passa a ser de natureza simbólica (verbal) e a interação define-se quase exclusivamente em termos lingüísticos, já que a ação social passa a ser o próprio discurso (a entrevista, no segundo caso; e a crônica, no terceiro).

Por tudo isso as categorias de campo, teor e modo são, na perspectiva de Halliday, o pano de fundo do contexto de situação, caracterizam-no e determinam o tipo de linguagem empregada, funcionando como constituintes do texto. O contexto de situação é o entorno imediato no qual o texto realmente funciona. A partir desse elo estreito entre texto e contexto, o usuário da língua (enunciador – escritor – produtor - locutor- falante / enunciatário - leitor- receptor- alocutário - ouvinte) constrói seu texto, faz previsões, lê ou ouve com expectativas do que virá em seguida. O texto é, portanto, um evento interativo, uma troca social de significados e tal troca se torna evidente nos textos orais (conversações espontâneas, entrevistas de rádio, entrevistas de televisão, debates, nos materiais do Projeto NURC/SP etc.), embora ela também esteja presente nos textos escritos (bilhetes, cartas pessoais, notícias de jornal, editoriais, documentos oficiais, artigos científicos, entre outros).

Entretanto, neste artigo, referimo-nos apenas aos textos publicados na mídia impressa e, de modo particular, àqueles em que há um retorno efetivo do leitor, evidenciado na seção “Cartas”, como ocorre na revista *Veja*. Assim, o contexto de situação em que o texto (ensaio) se efetiva está revelado no próprio ensaio e em algumas “Cartas”, eventualmente selecionadas pelo editor da revista. Tal revelação não se dá de uma forma mecânica, mas por meio de um relacionamento sistemático entre o meio social, de um lado e a organização funcional da língua, de outro.

Na visão de Maingueneau (2001:54), a interação - denominada por ele de *interatividade* - é elemento fundamental do discurso/texto², ou seja, é constitutiva, “é uma troca, explícita ou implícita, com outros enunciadores, virtuais ou reais, e supõe sempre a presença de uma outra instância de enunciação à qual se dirige o enunciador e com relação à qual constrói seu discurso”.

Uma análise textual deve, portanto, levar em conta os traços lingüísticos que permitem reconhecer a intencionalidade do enunciador, os efeitos de sentidos construídos por esse enunciador ou pelo locutor por ele instaurado/instituído, e a persuasão ou manipulação que o enunciador busca exercer sobre o enunciatário (leitor).

Ao estudar o discurso fotográfico-persuasivo de um jornal de grande circulação no país, Brait (1994/1995: 26) afirma:

A delimitação dos processos de persuasão implicam a exploração do jogo de imagens que o enunciador constrói de si mesmo, no caso a instituição jornalística empenhada em revelar os fatos, do enunciatário, no caso o leitor que deve receber a informação, formar sua opinião e mudar suas atitudes, e, ainda, do tipo de fazer a que o enunciatário está sendo induzido.

Se atentarmos para esse comentário, podemos perceber que também é válido para a relação estabelecida entre os participantes do processo enunciativo do ensaio sob análise: enunciador (autor: jornalista Roberto Pompeu de Toledo) e enunciatário (leitores de modo geral e, especificamente, aquele que na semana seguinte envia uma carta para a revista).

2. Configuração contextual do ensaio

² Neste artigo, os termos texto e discurso estão sendo tratados como sinônimos; empregamos, pois, indistintamente, um e outro.

No meio acadêmico, o ensaio é definido por Salvador (1971)³ “como um estudo bem desenvolvido, formal, discursivo e concludente”. Deve apresentar exposição lógica, reflexão, argumentação rigorosa com alto nível de interpretação e julgamento pessoal. Segundo Severino (2000: 153), “no ensaio há maior liberdade por parte do autor, no sentido de defender determinada posição sem que tenha de se apoiar no rigoroso e objetivo aparato de documentação empírica e bibliográfica”, como acontece nos artigos científicos, nas dissertações e teses. Ainda segundo o autor, os grandes pensadores preferem essa forma de trabalho para apresentar suas idéias científicas ou filosóficas.

De fato, o ensaio – ainda que publicado em revistas de grande circulação nacional que objetivam informação, divulgação e entretenimento – continua revelando rigor lógico e coerência de argumentação e, por isso mesmo, exige grande conhecimento cultural e certa maturidade intelectual não só por parte de seu enunciador (produtor), mas também do co-enunciador⁴ (leitor).

Michel Eyquem de Montaigne (1533-1592), o clássico autor de *Ensaaios*, trata em sua obra de assuntos diversos: amizade, virtude, sociedade. Seus textos são autênticos documentos da civilização ocidental, revelando a importância de o ser humano encontrar o caminho da verdade, da justiça, sem esquecer a relatividade das coisas humanas.

Na visão de Huisman (2000:179), a obra do pensador francês é “ondulante e diversa”. Constitui-se de reflexões e comentários sobre os vários fatos da história passada e presente. Acima de tudo, o assunto de *Ensaaios* é a insatisfação do enunciador com o seu tempo, bem como uma reflexão sobre a morte; entretanto, camuflada a toda essas questões, o autor descreve a si mesmo: “O que descrevo sou eu mesmo. Eu sou a matéria de meu livro”.

Vejamos mais de perto as palavras de Huisman sobre o ensaísta:

Montaigne é um ser móvel como a sua obra; dá-se à digressão, utiliza a metáfora, passeia o pensamento através dos meandros das frases. No entanto, essa liberdade não deixa de dissimular um rigor e uma articulação premeditada. Fiel à filosofia antiga de Sêneca e de Plotino, Montaigne representa o pensamento de seu século. Moderado, partidário do meio-termo, ele é um diletante refinado e mundano. Adepto da felicidade terrestre, simboliza o *honnête homme* por excelência (p.180).

Em relação aos ensaios publicados na *Veja*, verificamos que eles estão fielmente sempre na última página da revista e que seu autor, o jornalista Roberto Pompeu de Toledo, além de manter essa coluna semanal, também faz parte do grupo de editores especiais. Eventualmente, realiza alguma reportagem ou resenha um livro. Dentre as mais recentes resenhas, destaca-se “O santo de Assis”⁵ sobre a obra do historiador francês Jacques Le Goff que, nas palavras do jornalista, “revisita a vida, o tempo e as circunstâncias do Poverello”(p. 160).

Em dezembro último, *Veja* publicou uma edição especial em que buscou fazer uma retrospectiva dos “100 fatos que marcaram o ano 2000”, complementados por dezesseis

³ Salvador, Angelo D. *Metodos e técnicas de pesquisa bibliográfica*. Porto Alegre: Sulina, 1971, p. 163, apud Severino (1986).

⁴ Adotamos a terminologia empregada por Maingueneau (2001: 54) e proposta anteriormente por Antoine Culioli: enunciador (parceiro 1)/co-enunciador (parceiro 2) e coenunciadores (sem hífen) para designar os dois parceiros do discurso, dado que a enunciação não caminha em mão única, ela não é exclusivamente a expressão de um locutor que se dirige a um alocutário passivo, mas é uma atividade interacional, dialógica.

⁵ Resenha publicada em 23 de maio de 2001, p. 160-161.

artigos de fundo com reflexões sobre momentos históricos importantes e/ou transformadores para a “marcha” da humanidade. Dentre tais artigos produzidos por pessoas de renome internacional, o primeiro é de Roberto Pompeu de Toledo: “O exemplo dos bons selvagens” que surge, no espaço da revista, logo após uma rápida análise dos fatos de “O ano em que o Brasil deu bom exemplo”. Nas palavras do próprio editor dessa edição especial, o nosso referido jornalista:

transforma a reedição de um livro clássico de Afonso Arinos numa viagem pelos meandros da criação da alma brasileira. O relato da vida dos índios tupinambás e, muito provavelmente, a presença deles em carne e osso na Europa do século XVI ajudaram a criar o mito do “bom selvagem”, que tanta influência exerceu sobre a política e a cultura do Ocidente”(p.67).

Por meio da enunciação constituída nos trabalhos de Roberto Pompeu de Toledo, percebemos que, tanto na resenha, quanto no artigo, mencionados acima, e no ensaio sob análise as estratégias de construção do discurso (perguntas retóricas, digressões, inserções, citações, alusões, marcadores argumentativos, entre outras) visam a estabelecer uma aproximação mais efetiva com o leitor, buscando envolvê-lo e criando maior cumplicidade para que ele também seja seu co-enunciador. Na verdade, o texto revela e desvela um enunciador que, talvez na trilha de Montaigne, sinte-se insatisfeito com o seu tempo, com a sociedade em que vive e busque por meio da reflexão dividir com seu leitor suas dúvidas, anseios e preocupações.

Vejamos, a título de exemplificação e contraponto, uma passagem da resenha e outra do artigo:

(1) E se Jesus voltasse? Dostoiévski imaginou a cena, no famoso episódio de *Os Irmãos Karamazov* intitulado “O Grande Inquisidor”. Um dia Jesus aparece em Sevilha, no tempo da Inquisição. Ainda na véspera, 200 hereges haviam sido queimados. A multidão logo reconhece o recém-chegado. Vão lhe abrindo caminho e se ajoelhando. Um cego grita que o cure – e nesse exato momento a luz penetra-lhe nas pálpebras. Uma família que vinha enterrar a filha pede-lhe que a ressuscite – e ele o faz. A agitação chama a atenção do cardeal, que sai à rua. Ele também reconhece Jesus de imediato – e o que faz? Manda prendê-lo. Trancam-no numa cela. Mais tarde o cardeal vai visitá-lo. Está irritado. Com que propósito, com que direito, essa súbita aparição? “Não tens o direito de acrescentar nada ao que disseste”, diz, desfiando o argumento que é o ponto alto da história. “Por que nos vieste perturbar?” E promete que, no dia seguinte mesmo haverá de levar o intruso à pior das fogueiras. Ele não tinha o direito de acrescentar fosse o que fosse ao que já dissera. E a administração do que dissera não lhe cabia mais.

Dostoiévski é ficção. No mundo real, algo próximo da reencarnação de Jesus ocorreu quando, em 1181 ou 1182, na cidade italiana de Assis, veio à luz um certo Francisco Bernardone. Ele não nasceu pobre, como Jesus – era filho de rico comerciante de tecidos. Mas se fez pobre por escolha, e inaugurou a nova vida numa cena teatral em que, tendo de um lado o bispo da cidade e, do outro, seu indignado pai, se despiu até ficar todo nu – “nu como Cristo”, disse. (...) Foi tão bem sucedido na empreitada da imitação de Cristo, que consta ter sido premiado, ao fim da vida, com os estigmas – as mesmas marcas que Jesus recebeu na cruz.

São Francisco de Assis, de Jacques Le Goff (...), é um livro para quem quer se aprofundar no conhecimento do personagem-título e da sociedade de seu tempo – sua economia, suas classes sociais e estruturas mentais (...) (p. 160)

(2) (...) Perdoe o leitor que, linhas acima, se tenha dito que ao terminar este artigo, ou bem se regozijaria, ao identificar a presença da pátria em cruciais eventos europeus, ou desanimaria, ao concluir que as lições que deixamos lá esquecemos aqui. Trata-se de uma falácia. Os índios não se confundem com o Brasil. (...) tênue e confusa é a linha que separa a realidade da ficção. E que, para

construir as boas doutrinas e defender as boas causas, se a elas não se ajusta a crua realidade... ora, fique a realidade em sua crueza, monótona, pálida e sensaborona como é a vida quando não se acrescentam a ela as pitadas necessárias da fantasia (p. 69).

Após a leitura desses dois trechos, podemos dizer que o enunciador abre a resenha (segmento 1) com uma pergunta retórica a seu leitor (“E se Jesus voltasse?”). Essa pergunta é apenas uma estratégia para que ele, o enunciador, responda (“Dostoievski imaginou a cena...”) e possa, de forma brilhante, resgatar para o leitor que não se lembre, ou mesmo que desconheça, qual o enredo da obra *Os Irmãos Karamazov*. Com efeito, o enunciador selecionou um episódio - criado pelo grande autor russo (“Dostoievski é ficção.”), no qual narra a respeito do dia em que Cristo aparecera em Sevilha - para estabelecer um paralelo entre a vida do santo e a de Jesus.

Essa estratégia pode, inicialmente, causar um certo estranhamento, porque o tópico discursivo da resenha é “a publicação da obra sobre a vida de São Francisco de Assis”. Entretanto, o enunciador, apenas muda o elemento focal do campo de relevância: sai do ponto central (a vida do santo) e vai para outro que está na margem (a vida de Cristo). Podemos dizer que essa digressão é bastante significativa, pois ao introduzi-la, logo após o “enunciado síntese”, que está abaixo do título da resenha, o jornalista cria uma expectativa em seu co-enunciador, pois este talvez se questione: Qual a relação que o enunciador pretende fazer? Aonde pretende chegar? A resposta a estas supostas questões surge em seguida: o enunciador sintetiza o projeto de vida de São Francisco. Leiamos as palavras do jornalista:

(...) mais de um milênio depois, retomar o Evangelho em sua literalidade. Foi tão bem-sucedido na empreitada da imitação de Cristo, que consta ter sido premiado, ao fim da vida, com os estigmas – as mesmas marcas que Jesus recebeu na cruz (p. 160).

Durante todo o texto, o enunciador deixa bem claro para o leitor qual o teor (o papel de cada um na enunciação) e o modo do discurso (além de elaborar uma crítica muito bem estruturada sobre a obra do historiador francês Jacques Le Goff, orienta o leitor sobre o que vai encontrar em cada um dos capítulos: “Advirta-se que não se trata de leitura fácil”). Seu estilo é bem definido, preciso e claro, mas sem deixar de ser irônico em alguns momentos, principalmente naqueles em que permite a entrada sutil de marcas da oralidade ⁶, criando um envolvimento maior com seu co-enunciador, como ocorre no último parágrafo, em que volta a mencionar o episódio com o qual introduziu a resenha, estabelecendo um elo perfeito entre a introdução e a conclusão:

Fica-se indeciso entre o que mais admirar. Se a empreitada de São Francisco ou a habilidade com que ela foi absorvida e retrabalhada. Se o desafio do santo ou a facilidade com que tal desafio foi desarticulado. O que nos traz de volta ao Grande Inquisidor, que não é citado no livro de Le Goff, nem tem nada a ver com ele, mas que nos serve para formular uma conclusão. *Que fogueira, que nada*. O poder e a ordem estabelecida têm modos muito mais sutis e eficazes de lidar com o que lhes soa inconveniente (p.161).

Passemos aos comentários sobre o segmento (2). Como já foi dito, este texto é denominado artigo de fundo e trata especificamente da reedição, em 2000, do livro *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa*, de Afonso Arinos de Melo Franco. Segundo

⁶ O trecho, em que há marcas de oralidade, foi destacado em itálico.

informações do próprio jornalista, em nota de rodapé, esta é a terceira edição do livro. A primeira é de 1937 e a segunda, de 1976. No trecho citado, verificamos que o enunciador envolve diretamente o seu co-enunciador, pedindo perdão por aquilo que prometera em linhas anteriores.

Durante várias passagens, o jornalista tem uma preocupação intensa em aproximar-se de seu leitor, envolvendo-o com os fios tecidos pela trama de uma linguagem precisa, culta e direta. Entretanto, em alguns momentos, para quebrar essa formalidade, introduz um fio de outra cor (marcas de oralidade, perguntas retóricas), aparentemente destoante, mas que traz vivacidade ao texto e convida o leitor a chegar um pouco mais perto. Então, aproximemo-nos para ler mais um pequeno trecho representativo do que acabamos de apontar:

Raro era o navio que, *aportando por estas bandas*, não levasse na viagem de volta um ou mais exemplares. Alguns eram para servir de escravo. *Outros, ou melhor, outras*, para atender à lascívia de senhores que viam nelas amantes tão práticas e cômodas quanto pode ser um brinquedo descartável. (p.65-66)

(...) *Cadê o Brasil, em Rosseau?* Quem quiser encontrar terá trabalho pela frente” (p. 69)

3. Organização interacional e tópico discursivo

Na revista em foco, há uma seção denominada “Cartas” para a qual o leitor pode dirigir-se através de várias formas de correspondência: por correio tradicional, via fax, ou correio eletrônico. Na coluna “Veja às suas ordens”, o leitor encontra uma série de informações sobre a revista e instruções de como deve proceder para se corresponder com a redação da *Veja*: “as cartas devem trazer a assinatura e o endereço, o número da cédula de identidade e o telefone do autor”. A direção da revista informa, ainda, ao usuário que as cartas enviadas poderão ser publicadas de modo resumido “por motivos de espaço ou de clareza” e que só poderão ser publicadas na edição imediatamente seguinte as cartas que chegarem à redação no prazo devido: “até a quarta-feira de cada semana”.

Como já tivemos a oportunidade de observar quando dos comentários relativos à resenha e ao artigo de fundo, o jornalista Roberto Pompeu de Toledo revela grandes conhecimentos filosóficos, históricos e literários em suas reflexões, deixando entrever uma certa veia irônica, bem ao estilo de ensaístas como Montaigne ou de nosso escritor Machado de Assis, principalmente nos trechos em que se aproxima do leitor, ou nos momentos em que faz usos de digressões, estrategicamente selecionadas.

Agora, passemos a olhar mais de perto o ensaio intitulado “Do apagão ao fashion”⁷. Introduzindo o texto, o enunciador parece fazer surgir a explicação ou resposta plausível para aqueles que têm acompanhado tantas discussões entre deputados e estudiosos a respeito dos estrangeirismos em nossa Língua Portuguesa e que estariam questionando o que isso tem a ver com o título do ensaio. Por meio do enunciado que introduz o texto:

Eureca! Eis por que algumas palavras do inglês vencem, enquanto outras saem derrotadas.

o enunciador prende a atenção e convida seu co-enunciador a participar da reflexão, que provavelmente conterà uma resposta plausível e compatível com um título, aparentemente,

⁷ O texto foi transcrito integralmente ao final deste artigo.

tão estranho mas tão próximo de nosso contexto de situação (a crise energética que o país atravessa)

Nessa perspectiva, atentemos para o comentário que faz Maingueneau (2001: 98):

Com efeito, o texto escrito possui, mesmo quando o denega, um tom que dá autoridade ao que é dito. Esse tom permite ao leitor construir uma representação do corpo do enunciado (e não, evidentemente, do corpo do autor efetivo). A leitura faz, então, emergir uma instância subjetiva que desempenha o papel de fiador do que é dito.

Assim, o co-enunciador torna-se de fato um fiador – “aquele que fia, confia, acredita ou abona”⁸, tornando-se cúmplice de seu enunciador e partilhando o dito, tanto no que se refere ao tópico discursivo (o que é dito, o assunto, a substância) quanto ao modo retórico (o como é dito, o uso que o enunciador faz da linguagem, as marcas lingüísticas, o estilo, a forma).

Essa participação efetiva do leitor, evidencia-se concretamente nas cartas enviadas à redação da revista *Veja* e que são selecionadas pelo editor. Vejamos algumas:

Achei muito interessante o ensaio de Roberto Pompeu de Toledo sobre a eterna histeria do PT, que pode certamente voltar-se contra os próprios protagonistas, caso conquistem o poder (Ensaio, 4 de abril) PS⁹.

(*Cartas*, 11 de abril, 2001, p. 25)

O PT apenas ratifica que, apesar de três derrotas consecutivas em eleições presidenciais, ainda não aprendeu a lição. Parabéns ao jornalista Roberto Pompeu de Toledo pela inteligente interpretação da CPI da corrupção. (Ensaio, 4 de abril) MAP.

(*Cartas*, 11 de abril, 2001, p. 25)

Concordo com Roberto Pompeu de Toledo. Pobreza não é sinal de falta de educação (Ensaio, 30 de maio) MFS.

(*Cartas*, 13 de junho, 2001, p. 24)

Impossível ler o ensaio de Roberto Pompeu de Toledo sem que imediatamente se procure um interlocutor com quem comentá-lo. É incrível como ele consegue expressar com tanta lucidez e clareza o que pensamos e não sabemos transmitir. De qualquer sorte, os ensaios de Roberto Pompeu de Toledo nunca ficam no simplismo de seguir as correntes circunstanciais, Aliás, a morte dos assassino de Oklahoma privou a todos de saber mais sobre os motivos que o levaram a cometer o ato criminoso (Ensaio, 20 de junho) LLUP

(*Cartas*, 27 de junho, 2001, p. 29)

Roberto Pompeu de Toledo mais uma vez esteve perfeito em seu ensaio. Lúcido e criterioso, foi direto ao ponto, em sua crítica à importância cinematográfica que foi dada à execução de McVeigh. É realmente difícil eleger o que foi mais bárbaro, se o crime cometido por McVeigh ou a “justiça”, que, além de matar, transformou um assassino frio, obsessivo e fanático em uma personalidade internacional. (Ensaio, 20 de junho) SCO.

(*Cartas*, 27 de junho, 2001, p. 29)

⁸ Cf. Ferreira, Aurélio Buarque de (1999) *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3.ed. totalmente revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 897.

⁹ Nas cartas, optamos por apenas colocar as iniciais dos nomes de cada leitor.

Embora em relação ao ensaio sob análise não tenhamos nenhum comentário publicado, nas semanas seguintes, podemos evidenciar marcas lingüísticas que envolvem enunciador e co-enunciador e criam um efeito de sentido de espontaneidade, de uma troca de idéias entre amigos. Em outras palavras, o enunciador introduz seu ensaio contando um episódio imaginário da vida de um menino (Fernando Henrique Cardoso) em Copacabana para, estrategicamente, refletir sobre os problemas vividos por todos nós brasileiros no contexto atual. Faz uma digressão (entre as linhas 15 e 24) para entrelaçar um comentário sobre o uso de termos estrangeiros, outro tema também presente em nosso cotidiano, e poder voltar a sua narrativa cuja personagem é o menino e evidenciar sua reflexão sobre o nosso tempo: crise energética e hábitos lingüísticos (tópico discursivo).

Podemos dizer que o jornalista elabora “passo a passo” (ou “*on-line*” para sermos claros e usarmos uma expressão bastante conhecida dos estudiosos de Análise da Conversação), e com grande habilidade, suas escolhas lingüísticas visando a interagir de modo mais eficaz com seu leitor. Dentre essas escolhas, destacam-se:

a- uso de perguntas retóricas: “Afinal, os alemães não tinham atacado nossos navios?” (linha 2); “Legítimo e bom português? (linha 17); “Pois o leitor acha que Gisele Bündchen participaria de uma Semana da Moda de São Paulo?”; “Como entender movimentos opostos como esses, se tudo que é inglês (...) avança sempre? (linhas 34-35);

b- expressões coloquiais e/ou gírias: “curtir a escuridão” (linha 4); “pode sugerir aos espíritos de porco” (linha 10); “desde cedo, ele já era chegado a um apagão” (linhas 10-11); “expressão com gosto e cheiro legítimo de bom português” (linha 16); “os simplões dos subúrbios e os capiaus dos cafundós interioranos”(linhas 26-27); “os que estão por dentro”(linha 27);

c- inserções contendo comentários metadiscursivos: “Mas não é isso que se quer registrar aqui” (linha 11); “seria assim mesmo que o evento seria chamado”(linha 25);

d- inserções contendo advertências ao leitor: “Sim, Fernando Henrique Cardoso”(linha 9); “Ora, tenha-se a santa paciência” (linha 30);

e- marcas do processo de formulação/reformulação textual: “Ou, pensando bem... Pensando bem, não contraria” (linha 40);

f- o próprio uso dos termos estrangeiros: “o inglês tão (para ser claro) ‘up-to-date’ e tão ‘cool’, tende a vencer sempre” (linhas 38-39);

g- operadores argumentativos: “Até Gisele Bündchen participou” (linha 29); “As ruínas ficam com o português mesmo, *ainda que* adaptado do espanhol”(linhas 50-51)

h- termos ou expressões formais: “*deleite* das noites da praia” (linha 24); “o nome mágico e *inebriante*”(linha 43);

i- sintaxe própria da linguagem culta e escrita: “Chegou à língua muito recentemente” (linha 17)

Neste ensaio, como em todos os que escreve semanalmente, o jornalista Roberto Pompeu de Toledo trata de assuntos do nosso cotidiano, da vida do brasileiro ou mesmo de notícias que nos tocam de alguma maneira. Em “Do apagão ao fashion”, o desfile de modas realizado na cidade de São Paulo, na semana anterior à publicação do ensaio parece ter sido o elemento desencadeador do processo de criação do escritor, na medida em que o problema do racionamento de energia já fazia parte de mais um dos problemas do povo brasileiro. O que se pode constatar, por meio deste breve levantamento das escolhas feitas pelo enunciador, é que em seus textos sempre busca tratar de temas que envolvam o leitor e que - mesmo sendo aparentemente banais, irônicos, trágicos ou, às vezes, muito específicos - refletem o pensamento de um enunciador que, em certa medida, vai de encontro àquilo que seu co-enunciador gostaria de dizer, de expor ao mundo.

A título de exemplificação, vejamos alguns dos temas abordados em seus ensaios:

“A política da histeria e seus perigos”. Se é fácil criar um clima de fim de mundo contra o atual governo que dizer de um futuro governo do PT? (4 de abril, 2001, p. 140)

“Mais uma vez o mundo se curva...” Uma pesquisa sobre ajuda ao próximo em diferentes cidades do mundo dá o título de campeão ao Rio de Janeiro. (30 de maio, 2001, p.150)

“Morte com platéia, TV e telão” O tanto de show que envolve as execuções nos EUA acaba por satisfazer o jogo do adversário (20 de junho, 2001, p. 153)

“As aventuras de São Tomé no Brasil”. Ler Sérgio Buarque é se dar ao prazer enquanto se tomam lições - de história, inteligência e estilo. (18 de julho, 2001, p. 130)

“A eutanásia em discussão” Na Europa, claro. Pois, no Brasil, a conclusão melancólica é que o tema não deve sequer ser suscitado. (1º agosto, 2001, p. 146)

Considerações Finais

Após as análises apresentadas, acreditamos que os textos de autoria do jornalista Roberto Pompeu de Toledo criam, por meio das estratégias apontadas, um efeito de sentido de encantamento tal que o leitor consegue chegar ao sublime, enxergar o belo mesmo naqueles ensaios cujo tema beira o trágico, o terrível. É o produto de uma interação social que reflete não só o pensamento de uma comunidade, seu contexto sócio-histórico-ideológico, mas acima de tudo deixa transparecer de modo elegante e particular o seu processo de produção. Assim, podemos nos valer das palavras de Brait (1993: 200), para quem a interação funda-se “no olhar avaliativo” daqueles que participam dessa atividade; no que se refere à escrita, o enunciador precisa ser hábil para poder atingir seu enunciatário, já que este desempenha um papel social e discursivo bastante significativo (Kerbrat-Orecchoni, 1990:89) na construção textual.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Maria Lúcia da C. V. de O. (2001) *Relevância e contexto: o uso de digressões na língua falada*. São Paulo: Humanitas/FAPESP.

- BRAIT, Beth (1991) Texto jornalístico: modos de leitura. *Estudos Lingüísticos XXXIX – Anais de Seminários do GEL*. Franca: UNIFRAN, p. 85-92.
- BRAIT, Beth (1993) O processo interacional. In: Dino Preti (org.) *Análise de textos orais*. São Paulo: Humanistas, FFLCH/USP, Projetos Paralelos, vol. 1, p. 189-213.
- BRAIT, Beth (1994/1995) A construção do sentido: um exemplo fotográfico persuasivo. *Língua e Literatura*. São Paulo: Humanistas, nº 21, p.19-27.
- HALLIDAY, Michael A K. (1978) *Language as social semiotic. The social interpretation of language and meaning*. LondonL Edward Arnold.
- _____ (1989) Parte A- In: Halliday, Michael A K. and Hasan, Ruqaiya. *Language, context, and text: aspects of language in a social-semiotic perspective.*, Oxford: Oxford University Press, Series Editor: Frances Christie.
- HUISMAN, Denis (2000) *Dicionário de obras filosóficas*. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine (1990) *Les interactions verbales*. Paris: Armand Colin. vol. 1.
- MAINGUENEAU, Dominique (2001) *Análise de textos de comunicação*. Trad. de M. Cecília P. de Souza e Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez.
- MONTAIGNE, Michel de (1580, 1588) *Ensaíos*. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Abril Cultural. Coleção Os Pensadores, 1972.
- SEVERINO, Antônio Joaquim (2000). *Metodologia do trabalho científico*. 21. ed. rev. E ampl. São Paulo: Cortez .

Fontes

- Revista *Veja*. São Paulo: Editora Abril. Edição especial: 100 fatos que marcaram o ano 2000. Edição 1681, ano 33 – nº 52, 27 de dezembro de 2000.
- Revista *Veja*. São Paulo: Editora Abril. Edição 1694, ano 34, nº 13, 4 de abril de 2001.
- Revista *Veja*. São Paulo: Editora Abril. Edição 1695, ano 34, nº 14, 11 de abril de 2001.
- Revista *Veja*. São Paulo: Editora Abril. Edição 1701, ano 34, nº 20, 23 de maio de 2001.
- Revista *Veja*. São Paulo: Editora Abril. Edição 1702, ano 34, nº 21, 30 de maio de 2001.
- Revista *Veja*. São Paulo: Editora Abril. Edição 1704, ano 34, nº 23, 13 de junho de 2001.
- Revista *Veja*. São Paulo: Editora Abril. Edição 1705, ano 34, nº 24, 20 de junho de 2001.
- Revista *Veja*. São Paulo: Editora Abril. Edição 1706, ano 34, nº 25, 27 de junho de 2001.
- Revista *Veja*. São Paulo: Editora Abril. Edição 1708, ano 34, nº 27, 11 de julho de 2001
- Revista *Veja*. São Paulo: Editora Abril. Edição 1709, ano 34, nº 28, 18 de julho de 2001.
- Revista *Veja*. São Paulo: Editora Abril. Edição 1711, ano 34, nº 30 1 de agosto de 2001.

Anexo

Do apagão ao fashion

Roberto Pompeu de Toledo - Ensaio

Eureca ! Eis por que algumas palavras do inglês vencem, enquanto outras saem derrotadas.

A guerra não era só uma coisa terrível. Também podia ser uma diversão. À noite, ficava-se às escuras. Afinal, os alemães não tinham atacado nossos navios? Fazia parte da estratégia defensiva brasileira apagar as luzes, para confundir o inimigo. Entre os meninos de Copacabana surgiu então o programa de ir à praia, à noite, curtir a escuridão. Um deles, o que aqui nos interessa, morava perto do Corte do Cantagalo. Vez por outra vinha a conversa de que os submarinos alemães podiam atacar, e isso dava um frio na barriga. Mas, ao mesmo tempo, era uma delícia cruzar a Avenida Atlântica, então tão estreita e tranqüila, e ir brincar na praia em trevas. O medo era compensado pela excitação da aventura.

O menino em questão, chamava-se Fernando Henrique, filho do oficial do Exército Leônidas Cardoso. Sim, Fernando Henrique Cardoso. A lembrança do tempo em que, menino, gostava de brincar na praia às escuras pode sugerir aos espíritos de porco a conclusão de que, desde cedo, ele já era chegado a um apagão. Mas não é isso que se quer registrar aqui. Pelo menos, que fique registrado só de passagem. Nosso ponto é que apagão nesse tempo, e não só nesse tempo, mas até bem recentemente, não se chamava apagão. Chamava-se, como aliás notou Ivan Lessa numa entrevista recente, “black-out”. O próprio Fernando Henrique, ao contar as suas aventuras de infância, diz que vigorava o “black-out”. Hoje, ao referir-se às desventuras de seu governo, fala em “apagão”. Eis um caso raro em que o inglês foi superado por uma expressão com gosto e cheiro de legítimo e bom português.

Legítimo e bom português? Na verdade, apagão não está nos dicionários. Chegou à língua muito recentemente por contágio do “apagón” espanhol. É caso parecido com o de “taxista”. Num tempo em que, no Brasil, se dizia “chauffeur de táxi”, soava engraçado aos ouvidos brasileiros o “taxista” dos países de língua espanhola. Soava até meio ridículo, e o mesmo acontecia com “apagón”. Aos poucos, a sabedoria do espanhol impôs-se, e eis-nos achando muito natural chamar o profissional do táxi de “taxista” e o corte de energia de “apagón”.

Voltando ao menino Fernando Henrique, e supondo que a mãe o levasse, mesmo que contrariado, mesmo que sem um pinga de deleite das noites na praia, ao Copacabana Palace, ali perto, para assistir a um desfile de modas, seria assim mesmo que o evento seria chamado – desfile de modas. Hoje não. Ou melhor, desfile de modas continua existindo, mas os pobres e desinformados, os simplões dos subúrbios e os capiaus dos cafundós interioranos. Para os bons, os que estão por dentro, “moda” já faz algum tempo que não é “moda”. É “fashion”. Um evento que se realizou na semana passada em São Paulo chamou-se “São Paulo Fashion Week”. Até Gisele Bündchen participou. Pois o leitor acha que Gisele Bündchen participaria de uma “Semana da Moda de São Paulo”? Ora, tenha-se a santa paciência.

Conclusão: enquanto um vai, outro vem. Enquanto se vai o inglês “black-out”, derrotado pelo “apagão” de origem espanhola, mas moldado à sonoridade da língua portuguesa, vem outro inglês, “fashion”, expulsar essa “moda” que, embora de origem francesa, se encontrava secularmente aculturada ao português. Como entender movimentos opostos como esses, se tudo que é inglês, segundo se pode constatar a olho nu, avança sempre? Como explicar que, num tempo em que o velho e bom “pra viagem” virou “delivery”, “liquidação” virou “sale”, e “20% de desconto” virou “20% off”, uma expressão inglesa, como “black-out”, seja posta em desuso? É uma aberração. Contraria a regra de que o inglês, tão caro aos olhos e ouvidos dos brasileiros, sinônimo de coisa rica e superior, o inglês tão (para ser claro) “up-to-date” e tão “cool”, tende a vencer sempre.

Ou, pensando bem... Pensando bem, não contraria – o que faz é aperfeiçoar a regra. Se não vejamos. O mundo da moda é um mundo de encanto e fantasia. É rico e superior. Logo, não merece ser designado por mera língua portuguesa. Merece a promoção à língua inglesa. Não lhe cabe outro senão o nome mágico e inebriante de “fashion”. Já o mundo do “black-out”, que é? Tristeza e penúria. O mundo da imprevidência do

governo e do sacrifício das pessoas. Da privação, do retrocesso e da feiúra. Como designá-lo então com palavra inglesa? Não, chamá-lo de “black-out” era um erro. O fenômeno é indigno do prestígio do inglês. Tem de ser apagão mesmo, palavra mais apropriada para representar a carência grosseira, selvagem e terceiro-mundista que designa.

Com o que se chega ao aperfeiçoamento da regra enunciada acima. Não é que o inglês vença sempre. Vence quando é para designar coisas boas – as coisas do “glamour” (claro: palavra inglesa), da graça (“grace”, para ficar mais claro) e do sonho “dream”. As ruins ficam com o português mesmo, ainda que adaptado do espanhol e tanto mais se a palavra for como apagão – terminada com esse “ão” tão característico da língua e tão pouco sutil, nosso cru e brutal “ão”.